



Autor:P.Executivo D.Of. 30/12/68

#### Estado de Mato Grosso

LEI Nº 2 886, DE 26 DE DEZMERO DE 1 968.

Fixa o Quadro de Pessoal Administrativo do Tribunal de Contas do Estado e dá outras providências.

#### o governador do estado de mato grosso

Faço saber que a Assembléia Legislativa do Estado decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Artigo 1º - Para atender aos Servidores Auxiliares do Tribunal de Contas, fica organizado o Quadro Unico do pessoal, integrado por Carreiras e Cargos Isolados, com a estrutura abaixo:

## 1) CARREIRAS

#### a) Oficial Instrutivo

9 Cargos TC-13 3 " TC-14 4 " TC-15 4 " TC-16

#### b) Contabilistas

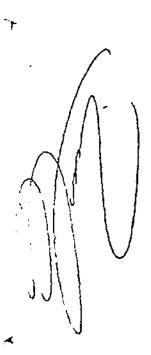
3 Cargos TC-16 2 TC-17 1 Cargo TC-18

# c) Continuos

4 Cargos TC-6
1 " TC-7
1 " TC-8
1 " TC-9

#### 2) CARGOS ISOLADOS

a) de provimento em Comissão 1 Diretor Geral de Administração TC-21





## b) de provimento efetivo

- 1 Auditor Engenheiro TC-21
- 1 Auditor Contábil TC-21
- 1 Assessor Técnico TC-21
- 1 Secretário
- 1 Assistente do Ministro Semanário TC-20
- 1 Chefe de Protocolo e Informações TC-12
- 1 Bibliotecário Arqui
  - vista TC-12
- 1 Motorista TC-11
- 1 Porteiro TC-10

Artigo 2º - A Procuradoria Geral como órgão do Ministério Público junto ao Tribunal, será integrado por um Procurador Geral e um Sub-Procurador Geral, êste substituto daquele nas suas faltas e impedimentos.

§ Único - Para o provimento dêste último Cargo deverá o candidato satisfazer além de as condições ge rais, a de ser Bacharel em Direito, com prática forense mínima de 3 (três) anos ou de haver durante êsse mesmo período, exercido. Cargos de Chefia na administração pública.

Artigo 3º - Ficam criados os seguintes car

gos:

1 Diretor\_Geral de Admi nistração TC-21 1 Auditor Engenheiro TC-21 1 Auditor Contábil TC-21 4 Oficial Instrutivo TC-16 1 Oficial Instrutivo TC-13 1 Sub-Procurador Ge ral TC-21

§ 1º - Para o provimento do cargo de Diretor Geral de Administração exige-se do candidato, além das condições gerais a qualidade de portador de Diploma de nível universitário de Direito, Economia ou Administração de Emprêsa, com experiência profissional mínima de três anos ou exercício por igual tempo de Cargo de direção na administração pública.

§ 2º - O provimento dos cargos de Auditor En genheiro e Auditor Contábil, se fará mediante concurso de provas e títulos entre candidatos que satisfaçam as condições se



rais de inscrição, entre as quais, desde logo se inclue para o primeiro a condição de portador de diploma Universitário de Engenheiro Civil, e para o segundo o de portador de diploma de Contador, Economista ou Técnico em Contabilidade, ambos com exercício real de profissão pelo prazo mínimo de três anos.

Artigo  $4^{\circ}$  - A organização dos serviços au xiliares e atribuições e responsabilidades dos respectivos cargos serão estabelecidas no Regimento Interno do Tribunal.

Artigo 5º - Os trabalhos de auditagem se realização por intermédio de servidores do Tribunal ou de terceiros inclusive firmas, para êles contratados.

Artigo  $6^{\circ}$  - As despesas decorrentes desta Lei correrão à conta da dotação própria do Orçamento, suplementada oportunamente, se necessário.

Artigo 7º - Esta lei entrará em vigor a lº de janeiro de 1969, revogadas as disposições em contrário.

Palácio Alencastro, em Cuiaba, 26 de de zembro de 1 968, 147º da Independência e 80º da República.

